

## A propósito de *Classes Sociais nos Campos*

João Ferreira de Almeida, *Classes Sociais nos Campos. Camponeses Parciais Numa Região do Noroeste*, Lisboa, Edições do Instituto de Ciências Sociais, 1986, 544 pp.

Gostaria de começar este comentário crítico à tese de João Ferreira de Almeida com três observações prévias.

A primeira tem a ver com o lugar de publicitação do comentário. É bom que as revistas especializadas da comunidade científica dos sociólogos portugueses mantenham secções de debate recorrente sobre temas e problemas pertinentes para os trabalhos presentes dos investigadores. É bom que aí se apresentem as obras que vão sendo produzidas e se discutam teses e argumentos como eles devem ser discutidos: como resultados do trabalho especializado de colegas, cuja validade e utilidade convém aferir, no pressuposto de que não podem ser sancionadas por exame sumário ou mera opinião pessoal, mas, outrossim, pela articulação à produção continuada, aqui e agora, de conhecimentos científico-disciplinares. Nestes termos, importaria aproveitar a variedade de registos possíveis, que inclui, pelo menos, a recensão aprofundada obra a obra, os roteiros bibliográficos temáticos, a apresentação regular e comentada de publicações.

A segunda observação tem a ver com o conteúdo desta nota. Se me perguntarem qual a objecção central que coloco à demonstração do Autor, responderei: nenhuma. Direi mais: que a minha postura em relação a ela, como em relação, aliás, à globalidade da produção sociológica de João Ferreira de Almeida e à de muitos outros, é de aprendizagem. Crítica, como toda a aprendizagem deve ser, mas aprendizagem. Ora, e eis o ponto a que quero chegar, teremos de pôr completamente de lado o princípio (implícito) de que só se recenseia o que se quer criticar, no sentido forte de refutar. Claro que não penso nos elogios idolátricos feitos pelos discípulos e/ou subordinados aos respectivos mestres e/ou patrões, porque não são recensões. Entre os dois extremos há lugar para a apresentação e o comentário crítico produtivos. E, pedindo perdão pela divagação, sempre acrescentarei que me parece que a boa comunicação entre os sociólogos portugueses passa, em grande parte, pela consolidação de um estilo de debate interno que assente no seguinte princípio: quando há fraude, é obrigação de cada um denunciá-la, sem olhar a nome ou posto; quando há trabalho, é obrigação de cada um respeitá-lo, mesmo se os resultados parecem, ao crítico, medianos, e o respeito deve informar o indispensável debate dos argumentos.

Chego, assim, à terceira observação, que tem a ver com a obra comentada. João Ferreira de Almeida não cultiva nem a escrita fácil, nem a escrita espectacular. Não tem intuições geniais (não tem, aliás, intuições), não apresenta teses irredutivelmente originais, não enterra nenhuma tradição (de preferência, não é?, positivista, neo-realista, moderna...), não inaugura nenhum novo olhar sobre a identidade portuguesa. Felizmente. Por isso mesmo, é a sua obra honesta e competente, e de competências, não de génios (ou, pelo menos, de cem competências para cada génio), é que precisam as ciências sociais portuguesas.

O problema abordado em *Classes Sociais nos Campos* pode enunciar-se assim: as transformações sociais associadas a processos de migração pendular. Tomando como objecto de análise monográfica a freguesia de Fonte Arcada, no concelho de Penafiel, o Autor examina como as mudanças sociais em curso se referenciam à transformação da estrutura de situações de classe e dos *habitus* de classe, ela própria associada ao modo particular como se cumpre, numa região polarizada pelo centro industrial portuense, a função de reserva de força de trabalho, uma das funções externas do espaço social rural.

O estudo organiza-se em três partes. A primeira, predominantemente teórico-metodológica, inclui dois capítulos cruciais para o desenvolvimento das investigações sociais em Portugal. Um discute os «usos da monografia» — constituindo um esforço de delimitação crítica da estratégia científica escolhida, e que é a análise intensiva de um caso, *a partir* de uma postura teórica capaz, desde logo, de reconhecer e jogar com as especializações e as temporalidades diferenciadas em que se inscrevem as relações sociais (e, portanto, denunciando e recusando as falsas soluções do problema dos contornos da unidade de análise que consistem em importar tais quais critérios de repartição administrativa, invocar determinismos físicos e, sobretudo, conceber um só quadro espaço-temporal para a pluralidade de relações e determinações em causa); capaz, em seguida, de distinguir níveis de análise das colectividades camponesas, da teoria social ao seu nível mais genérico, à teoria do lugar da agricultura no modo de produção capitalista e à teoria das modalidades de penetração capitalista na agricultura, para construir o objecto de estudo com base na articulação, no âmbito de um trabalho empírico, entre a última teoria e procedimentos de pesquisa monográfica, articulação essa que implica e organiza, subsequentemente, os elementos conceptuais provenientes dos vários níveis teóricos considerados. «De facto», conclui o Autor, «não é uma certa porção física de terreno mais os homens que o pisam que constituem o objecto de estudo. O que constitui esse objecto são, sim, diversas dimensões de relações sociais de um certo tipo, que, mesmo tendo aí o seu principal espaço-suporte, forçosamente encontram noutras relações e lugares princípios de explicação» (p. 43). Vê-se bem quanto longe se está da clássica monografia.

O segundo capítulo da segunda parte, intitulado «O problema das classes sociais», é um dos mais importantes do livro. Se tivermos, sobretudo, presente a data da elaboração do estudo, terminado em 1982, não é de mais salientar a sua natureza profundamente inovadora no contexto português. Na análise, equilibrada e centrada sobre os problemas em aberto, dos dois principais quadros teóricos alternativos, as teorias da estratificação e as teo-

rias das classes sociais, três pontos me parecem cruciais: a insistência na pluridimensionalidade do conceito de classe, mesmo ao seu nível estrutural (desenvolvida por Bourdieu de um modo que permite superar as primeiras indicações de Max Weber, o qual se ficava, como é sabido, pelo princípio das hierarquias paralelas); a demonstração do património acumulado pelas teorias da estratificação na elucidação dos processos simbólicos e subsequente sugestão das formas como a teoria das classes sociais pode considerar e reelaborar pertinentemente alguns problemas postos naquela sede, como a inconsistência de *status*, os grupos de referência ou a mobilidade; a defesa da focalização das famílias como unidades de análise e da articulação de posições e trajectórias para a determinação das condições sociais por recurso aos critérios da teoria das classes sociais.

A segunda parte — «contextualização geral» — parece-me ser a mais académica, no sentido, e só nesse, de que nela se procede ao enquadramento do objecto monográfico — num primeiro capítulo, por referência à evolução histórica da população portuguesa, com realce para os movimentos migratórios, depois, por referência a características centrais do Vale de Sousa e do concelho de Penafiel — em obediência às regras correntes na organização de pesquisas eruditas produzidas no e destinadas ao campo universitário.

A terceira parte, essa sim, é uma brilhante análise das transformações num espaço social rural associadas a processos de migração pendular. O meu comentário deve considerar três planos.

No plano das operações de recolha da informação — assumidas em conjunto por João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto (cuja tese, *Estruturas Sociais e Práticas Simbólicas nos Campos*, 1985, é objecto de recensão nesta revista, a cargo de Brian Juan O'Neill) — importa salientar como foi planeado e aplicado o inquérito às famílias de Fonte Arcada. Os autores optaram pela construção de uma «ficha de recenseamento» relativamente curta, que aplicaram sistematicamente a todas as famílias (com uma quase nula taxa de recusa de respostas), envolvendo nessa operação entrevistadores bem treinados e «guias» locais. O inquérito é um modelo metodológico: quer a construção do questionário, onde se condensam também as informações cruciais, quer a preparação de aplicação, por via de iniciativas prévias de contacto com a população e da implantação de actores locais, quer o modo de aplicação sistemático com a participação directa dos investigadores constituem importantes lições práticas sobre como se faz sociologia. Recorrendo, também, intensamente a procedimentos de observação directa sistemática e de entrevistas não formais no local, e explorando com minúcia as fontes estatísticas disponíveis (o inquérito às explorações agrícolas, o cadastro da propriedade fundiária, o registo de nascimentos e de óbitos, etc.), os autores puderam construir um vasto conjunto de materiais empíricos pertinentes.

No plano do tratamento da informação deve destacar-se o capítulo sobre as classes (pp. 211-255) e respectivos anexos, designadamente a matriz de profissões. Está aí condensado um pioneiro esforço de caracterização da situação de classe dos indivíduos e das famílias, a partir das variáveis «profissão principal», «profissão complementar» e «situação na profissão»; e ensaia-se uma exploração preliminar de elementos relativos ao trajecto socio-profissional e à socialização intrafamiliar. Ao leitor são facultados todos os passos da construção da informação e todos os critérios indispensáveis para

reconstituí-la (e, portanto, examiná-la), sinal de uma honestidade intelectual que deve ser assinalada.

No plano da interpretação reteria sobretudo o longo capítulo «Processos sociais: conservação e mudança», em que o Autor percorre a pluralidade de práticas sociais — estratégias matrimoniais e formas de sociabilidade, relação face à escola e ao trabalho, práticas festivas, crenças e cultos religiosos, acção política —, capitalizando, assim, as vantagens do método de estudo de caso para apreender, em filigrana, as transformações sociais, que são o objecto central da sua investigação. E o ponto principal está em que a restituição e a explicação analítica destas transformações exprimem bem, no registo próprio da sociologia, a complexidade intrínseca dos processos sociais. O que se evidencia, em particular, na dialéctica da desestruturação das culturas — no sentido forte, padrões de valor, atitudes e representações, posturas corporais, formas de sociabilidade, referências ideológico-simbólicas, etc. — características das colectividades camponesas tradicionais, de um lado, e, do outro, da estruturação de novas formas de integração comunitária. A emergência do grupo de migrantes pendulares como grupo de referência local é, aqui, o fio condutor da compreensão desses complexos processos de desestruturação/reestruturação do que se pode agora, sem cair em essencialismos, designar por cultura popular.

A brevíssima apresentação anterior do livro de João Ferreira de Almeida está longe de conseguir dar conta da sua riqueza analítica, substantiva e metodológica. Para o registo que penso dever presidir à discussão científica de resultados científicos importará, agora, situá-lo por relação com os problemas e as linhas de investigação em curso na nossa comunidade sociológica. E, a esse nível, pesem as anos já entretanto passados sobre a sua redacção, é impressionante a actualidade da análise — boa prova de como conseguiu focalizar as redes de relações e determinações sociais *estruturantes* do seu objecto de estudo. Se me for permitido, por razões de economia discursiva, adoptar uma contabilidade de lições a retirar e pistas a desenvolver, salientarei, de início, quatro grandes ensinamentos do trabalho do Autor.

O primeiro parece-me já relativamente bem consolidado na investigação sociológica portuguesa: em termos gerais, a exposição dos resultados só tem sentido se articulada à exposição das condições de produção dos resultados. Mas, se a indissociabilidade entre o plano teórico e o plano metodológico (e, a um nível de maior generalidade, o plano epistemológico), tão bem respeitada nos trabalhos sobre Fonte Arcada, de João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto, se essa indissociabilidade é hoje, entre nós, aceite, tal se deve principalmente ao esforço de reflexão metodológica levado a cabo pelos dois autores, desde o já antigo livro *A Investigação nas Ciências Sociais* (1.<sup>a</sup> ed., 1976).

O segundo ensinamento, também relativamente consolidado, é o do trabalho interdisciplinar efectivo, quero dizer, ao mesmo tempo solidamente ancorado numa perspectiva disciplinar de referência (no caso, a sociologia) e intersectando outras áreas disciplinares, no que elas trazem de relevante ao problema e ao modo de abordagem do problema definidos. Para fazer outra vez o paralelo com a obra de José Madureira Pinto, ao passo que nesta se privilegia o relacionamento disciplinar com a linguística e a semiologia,

na tese de Ferreira de Almeida são a história e a demografia as outras ciências principais de referência.

Já o terceiro ensinamento me parece por consolidar, e peço, portanto, a máxima atenção para ele. O Autor parte do princípio epistemológico de que todas as teorias são instrumentais — princípio que a generalidade dos investigadores estará disposta a subscrever, em abstracto. Mas o que importa aqui sublinhar é como, usando como quadro estratégico de explicação dos processos sociais a teoria das classes sociais, o Autor *concretiza* esse princípio no decurso da análise teórico-empírica. Creio não exagerar se disser estarmos perante um salto qualitativo na utilização de uma teoria que, por via das definições dogmáticas apriorísticas, da submissão aos ditames ideológicos e das tendências reificantes, estava, quanto à sua capacidade operatória na elucidação de processos sociais complexos, quase paralisada. O leitor ajuizará por si, lendo, sobretudo, o capítulo teórico «O problema das classes sociais» (pp. 45-103) e a secção «Identidades sociais e identidades culturais» (pp. 295-307).

Espero fazer-me compreender ao sugerir que o quarto ensinamento reside no facto de João Ferreira de Almeida procurar atravessar a ponte que liga, digamos, a análise das formas das relações sociais à análise dos conteúdos da acção social. Decerto que outros colegas, com formação histórica ou antropológica, sentirão que, mesmo assim, a análise dos conteúdos da acção social poderia ser levada mais longe — e creio que o diálogo privilegiado entre os sociólogos e os historiadores/antropólogos poderá trazer, aos primeiros, essa vantagem. Um «historiador das mentalidades», por exemplo, interessa-se tanto (ou mais) pela restituição analítica das «maneiras de pensar, agir e sentir» de grupos e actores sociais como pelo estabelecimento das relações de co-variação ou de causalidade estrutural que elas mantêm com, por exemplo, as dinâmicas de classes. Contudo, é notável o esforço teórico do Autor para recusar os quadros teórico-explicativos demasiado formais e apreender a pluralidade de determinações e configurações presentes em cada processo social considerado.

Ora bem: pelo menos três tipos de desenvolvimento são sugeridos, ao que creio, pela tese de João Ferreira de Almeida.

O primeiro tem sido percorrido pelo próprio Autor, por José Madureira Pinto, por António Firmino da Costa e por Fernando Luís Machado, para só citar os investigadores que trabalham mais caracteristicamente em equipa. É o desenvolvimento da operacionalização da teoria das classes sociais de inspiração marxista e praxeológica, designadamente na direcção que toma as famílias como unidades nucleares de análise e na direcção que procura explorar as dimensões não estritamente económicas do conceito de classe.

O segundo desenvolvimento seria a aplicação desta ou de uma problemática sociológica aparentada aos processos de industrialização em meio rural. Eis uma situação tão característica de certas regiões portuguesas, que pede uma análise tão completa como a que os processos de migração pendular já mereceram. Poderíamos falar, por imagem, assim: tratar-se-ia, agora, entre outras coisas, de *ver os camponeses* parciais como *operários* parciais.

O terceiro desenvolvimento tem a ver com as teorias da folclorização das práticas culturais camponesas tradicionais. Penso que é, até certo ponto, correcto dizer-se que nos temos limitado a *assinalar* o processo, em vez de o

estudar aprofundadamente. Tanto João Ferreira de Almeida como José Madureira Pinto foram um pouco mais longe, relacionando a conservação ou o ressurgimento de certas práticas, designadamente festivas, com a emergência do novo grupo de referência dos camponeses parciais e o tipo de relacionamento simbólico que ele tende a produzir face à colectividade camponesa. Eis um conjunto de boas pistas para aprofundar a questão.